

**REQUERIMENTO Nº 16, DE 2016 – CAE**

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para a discussão das propostas de reajuste salarial dos servidores públicos federais e avaliar as repercussões financeiras sobre as contas da União, dos estados e dos municípios. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do **Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**, Dyogo Oliveira.



- ANDRÉ MORTA MELO, COORDENADOR DO CONFAZ

JUSTIFICATIVA

O problema fiscal brasileiro não é recente. Há 20 anos o gasto primário real da União cresce ao ritmo de 6% ao ano, muito acima do crescimento do PIB, que apresentou média abaixo de 3%. Poucos países do mundo conseguem sobreviver a 10 anos sem reformas estruturais na área do gasto, principalmente em uma sociedade com fortes mudanças demográficas, como a brasileira. A omissão também faz parte dos erros cometidos no âmbito fiscal pela gestão anterior.

No Brasil, o crescimento das despesas segue diversas leis que vinculam o gasto público à receita, estabelecem regras de elegibilidade e critérios de indexação de



benefícios de vários programas sociais. O resultado desse conjunto de regras é disfuncional para a sociedade: o gasto público cresce sistematicamente além da economia, causando dinâmica explosiva do endividamento público e risco real de, se nada for feito, retornarmos ao cenário de inflação acelerada e crônica, vigente nos anos 80.

As pressões políticas dos grupos organizados geraram um resultado ruim para o conjunto da sociedade: juros reais elevados, baixo crescimento, contínua pressão por aumento da carga tributária, e risco de descontrole inflacionário.

É preciso ressaltar que o rombo atual de 170 bilhões nas contas públicas é só uma parte do problema. Durante os dez anos anteriores a 2008 o resultado primário médio foi um superávit maior que 3% do PIB. Ou seja, o Governo Dilma Rousseff transformou um resultado positivo médio da ordem de R\$ 190 bilhões em um negativo de R\$ 170 bilhões. Logo, a deterioração fiscal total foi, portanto, de R\$ 360 bilhões, sendo este o tamanho do esforço fiscal que teria de ser feito hoje para colocar o país de volta na situação de sustentabilidade da dívida pública.

A complexa situação econômica por que passa o Brasil não permite que se tome uma decisão com repercussões fiscais de longo prazo sem um amplo debate com a sociedade, por mais justos que possam ser considerados os pleitos do funcionalismo com os projetos votados pela Câmara dos Deputados na última quinta-feira, dia 26 de maio de 2016.



Os 14 projetos de lei aprovados pela Câmara produzirão, caso sejam confirmados pelo Senado, uma conta estimada em até R\$ 79 bilhões até 2019, apenas para os cofres federais. Se considerarmos o setor público como um todo, ela será maior, uma vez que há reflexos também sobre as finanças de estados e municípios devido às vinculações salariais existentes.

Dessa forma, é necessário a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos para avaliar o impacto fiscal dos reajustes salariais de diversas carreiras do serviço público federal, bem como as possíveis consequências de se iniciar uma nova discussão mais ampla de reajustes salariais das demais carreiras de estado não contempladas neste instante. Ademais, é preciso discutir os impactos sobre demais entes federados que passam por situação financeira tão complexa quanto à União.

Pelas razões aqui expostas, e pela importância desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 7 DE JUNHO DE 2016.

Senador **Ricardo Ferraço**



SF/16898.054-12-10

Página: 3/3 06/06/2016 16:55:11

28573dfcc03bfa2850c7dc60970a32b8cda15ad3

